

ALTERNATIVAS PÓS-DESENVOLVIMENTISTAS | O "BEM VIVER", UM DISCURSO DO SUL¹

Post-developmental alternatives | "Bem Viver", a discourse from the South

SIMÕES, Pedro Brandão da Silva.²

Resumo:

Alberto Acosta, economista e político equatoriano, traz a obra "O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos" que trata de um movimento de resgate de epistemologias ancestrais andinas e amazônicas na busca de respostas para problemáticas contemporâneas. O livro mostra as bases e conceitos chaves para o "Bem Viver" e exemplos empíricos que nos fazem refletir: até que ponto o "Bem Viver" é uma utopia para o continente latino-americano. Fato é, que o "Bem Viver" pode representar um caminho para um futuro mais justo, cooperativo e genuinamente compatível com as necessidades e potencialidades da América Latina. A obra deixa lacunas que nos convidam a prosseguirmos os debates para encontrarmos arranjos institucionais capazes de fazer do "Bem Viver" um futuro tangível. Mas é certo afirmar que o livro de Alberto Acosta cumpre com êxito o seu propósito: se somar a um movimento imprescindível de reequilíbrio entre ser humano e natureza.

Palavras-chave: Bem Viver; América Latina; Sustentabilidade.

Abstract:

Alberto Acosta, Ecuadorian economist, and politician came up with the book "O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos" that deals with a movement to rescue Andean and Amazonian ancestral epistemologies in the search for answers to contemporary problems. The book shows the bases and key concepts for "Bem Viver" and empirical examples that make us reflect to what extent the "Bem Viver" is a utopia for the Latin American continent. The fact is, that "Bem Viver" can represent a path towards a more just, cooperative, and genuinely compatible future with the needs and potential of Latin America. The book leaves gaps that invite us to continue the debates to find

¹ Enviado em: 17 Fev 2021. | Aceito em: 12 Mar 2021

² Cientista Político (Universidade de Brasília - UnB) e mestrando em Desenvolvimento Sustentável (Universidade de Brasília - UnB). <u>pbrandaoss@gmail.com</u>

institutional arrangements capable of making "Bem Viver" a tangible future. But it is true to say that Alberto Acosta's book successfully fulfills its purpose: to join an indispensable movement to rebalance human beings and nature.

Keywords: Bem Viver; Latin America; Sustainability.

Introdução

Sabe-se que o movimento Iluminista foi um dos principais pilares que fundaram a era moderna. Este momento da história humana mudou severamente os rumos que a sociedade ocidental vinha tomando até então. Neste histórico período ocorrido na Europa ocidental (Séculos XVII e XVIII), introduziu-se princípios que até hoje norteiam nosso modo de vida. Desde então, a sociedade passou a ser marcada pela prevalência da razão e, consequentemente, da ciência sob a fé.; pelo início da liberdade de crenças, de direitos e, também, liberdade política e econômica, o progresso foi uma grande marca desta época. Além dessas características, a sociedade humana passou a perseguir a tentativa de compreensão das leis da natureza, por meio de métodos racionais estritos e sistematizados com o intuito de fazer com que a natureza se dobre às suas necessidades (Outram, 2019).

Grandes expoentes deste movimento foram Francis Bacon (2014), que, grosso modo, tinha como preceito a ciência como método, o que dava poderes aos homens sobre a natureza, e René Descartes (2005) que, em suma, pregava, a partir dos métodos científicos, a separação entre o ser humano e a natureza e entre o corpo e mente. Essas assertivas tomaram força epistemológica na época e foram se adensando com a produção e elaboração de outros pensadores, como Isaac Newton e Antoine Lavoisier, e ganharam ainda mais robustez, somados a outros acontecimentos notáveis da nossa história civilizacional, como por exemplo, a Revolução Industrial e o advento do capitalismo como sistema econômico internacional

O período do Iluminismo sentou as bases do que hoje estruturam a sociedade ocidental atual. Os pilares de uma ciência cartesiana, poderosa, dominante e dominadora foram estruturados neste período e têm as características antropocêntricas, em grande parte, devido ao Iluminismo. Este movimento que colocou o humano no centro do mundo, se desdobrou em práticas que hoje agridem o meio ambiente no qual o ser humano está

inserido. Um exemplo disso é a descoberta da energia nuclear que para abastecer nossas necessidades energéticas foi desenvolvida uma tecnologia às custas de severos impactos que agridem a natureza e isso só foi possível através desta ciência que nasceu junto do Século das Luzes. A soma destes impactos que causamos devido nossas ações se tornou, nos tempos atuais, em uma crise ambiental global que, em um curto período, assolará a todos.

Em função do aumento da crise ecológica, a que se soma a crise econômica e política, com a estagnação do crescimento da produtividade, surge no Ocidente a discussão sobre o pós-desenvolvimentismo. Ele parte da ideia de que a era do desenvolvimento, que teve seu auge logo após a Segunda Guerra Mundial, esgotou-se no final da primeira década do século XXI. Neste contexto de perda de ritmo de crescimento econômico, e efeitos perversos das inovações tecnológicas, aumentando o individualismo e a insatisfação do ser humano, sinalizado claramente pelo aumento das manifestações de ansiedade e depressão, além das taxas de suicídio, surgem alternativas denominadas em geral de posdesenvolvimentitas, como o decrescimento, o minimalismo, a agroecologia, a permacultura, a economia solidária e, mais recentemente, o convivialismo (Bocatto-Franco e Nascimento, 2013). Na América Latina destaca-se o surgimento das ideias de Bien Vivir, inspirado na cosmovisão andina dos indígenas pré-incas.

Alberto Acosta, economista e político equatoriano, é o escritor de uma das obras relevantes, com origem no Hemisfério Sul, acerca das alternativas à crise ecológica mundial. Ele constrói um discurso distinto do decrescimento que tem seus autores centrais na Europa (Kallis, 2011; Latouche, 2009). Sua obra "O "Bem Viver": uma oportunidade para se imaginar outros mundos" (2016) é inspirada no movimento cultural dos povos dos Andes, que antecederam aos Incas. Acosta foi ministro de Minas e Energia no governo de Rafael Correa, do partido Alianza País, eleito em 2007. O economista equatoriano foi também presidente da Assembleia Constituinte, carregando consigo a bandeira da Revolução Cidadã e os ideais anticapitalistas e ambientalistas que o Presidente Rafael Correa criou. Meses após sua eleição, entretanto, renunciou ao cargo e se distanciou do governo, pois criticava a atuação de Correa que ia de encontro às promessas eleitorais feitas por seu líder. Ajudou a fundar o movimento Montecristi Vive que tinha ideais decrescentistas, plurinacionais e defensor dos Direitos da Natureza. Em 2013 foi candidato a Presidência da República, mas teve pouco apoio do eleitorado. Acosta

é hoje professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), mas um permanente ativista político, sendo um dos principais assessores do atual candidato a Presidência da República, Yaku Perez.

A obra de Alberto Acosta (2016) se soma a um movimento de resgate de uma relação mais harmoniosa dos seres humanos entre si e, sobretudo, deles com a natureza, a fim de apresentar possíveis caminhos a serem percorridos para superar os velhos paradigmas do iluminismo. A resposta que o autor traz é o "Bem Viver". Este presente artigo busca aprofundar as discussões sobre o "Bem Viver" partindo da obra de Acosta e traçando paralelos pensamentos e articulações sociais ocorridos no passado, buscando elucidar o presente do pensamento do "Bem Viver" e delimitar melhor os caminhos a serem percorridos no futuro pelos seus praticantes. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a respeito de temas encontrados na obra de Acosta.

O Bem viver

Na América Latina foram inúmeros os autores e autoras que se dedicaram a escrever sobre a situação de dependência que a região possui sobre o Norte Global. É possível citar os pensadores da teoria da dependência e cepalinos, como Raul Prebisch (Dosman, 2011) e Osvaldo Sunkel (Sunkel e Paz, 1976), que dedicaram suas obras a criticar a relação desigual que os países do Norte mantinham com os países do Sul e, também, a buscar um estilo de desenvolvimento que mais se enquadrasse com as especificidades da região. É certo que o conceito de desenvolvimento (enquanto acumulação irrestrita de capital, bens e recursos) sempre foi central na obra destes notáveis. Apesar de alguns destes teóricos terem discutido a relação do desenvolvimento com a biosfera e o meio ambiente também é correto afirmar que pouco propuseram no sentido de se colocar contra a visão irrestrita de acumulação de capital, ou seja, como outros eram prisioneiros do paradigma do crescimento contínuo, paradigma este que ultrapassa o sistema capitalista.

Este paradigma foi anunciado no discurso de Harry Truman, em janeiro de 1949, e consolidado por W. W. Rostow (1974), o qual expôs a nova forma de imperialismo: o desenvolvimento, caminho unidirecional e obrigatório a todas as nações. Segundo Rostow, o teórico do desenvolvimento dos anos 1960/1970, todos os países percorriam determinadas etapas antes de alcançar o desenvolvimento, e os países subdesenvolvidos deveriam percorrer o mesmo caminho, deixando de ser países agrícolas para se tornarem

países industrializados. Caminho que o Brasil tentou percorrer desde os anos 1930 com relativo sucesso até os anos 1980. O único país latino-americano que conseguiu percorrer parte das etapas sugeridas por Rostow, por meio do processo de substituição de importação. Assim, iniciou substituindo os bens de consumo não duráveis, como queijo e manteiga, até os bens de consumo duráveis como geladeira e fogão, adentrando em seguida a substituição dos insumos e máquinas, mas perdendo a dinâmica nos anos 1980.

Alberto Acosta (2016) contesta veementemente a ideia de desenvolvimento, que como mostra o autor equatoriano, foi utilizada para prosseguir com o subjugo dos Estados Unidos e Europa para com os países ditos "subdesenvolvidos". Acosta cita que no período pós Segunda Guerra Mundial se solidificou a ideia de desenvolvimento e, por consequência, ocorreu uma divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Criou-se no mundo uma relação dicotômica entre pobres e ricos, centro e periferia, em que os primeiros exploravam o segundo, por meio da exploração de seus recursos naturais e de uma troca desigual, entre produtos industrializados e commodities agrícolas e minerais.

Observando que depois de décadas perseguindo o desenvolvimento, a esmagadora maioria dos países do Sul não o alcançaram³, o "Bem Viver" se propõe como uma alternativa à essa corrida interminável. Não se coloca, entretanto, contrário aos diversos avanços que o desenvolvimento nos aportou, como por exemplo os avanços tecnológicos e científicos que nos deram ferramentas para superar dificuldades globais. Mas, se posiciona fortemente contrário às bases sob as quais esses progressos foram concebidos, como o extrativismo predatório dos recursos naturais e o progressivo extermínio de povos e comunidades tradicionais originárias.

Celso Furtado (1974) escreveu que a busca pelo desenvolvimento em países periféricos (subdesenvolvidos) resultou no estabelecimento de um capitalismo tardio. Este processo, ao invés de reduzir as disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, resultou no aumento das brechas estruturais entre ricos e pobres e acabou por reproduzir, em escala reduzida, a dinâmica de centro e periferia dentro dos próprios países subdesenvolvidos. Sobretudo no final do século XX, este verídico ganhou força, com o contínuo aumento das desigualdades entre países, e mesmo no interior destes, incluindo os países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Contudo, o

_

³ A exceção é a China.

processo de desenvolvimento permitiu o enriquecimento de uma pequena parcela da população desses países, ou seja, suas elites econômicas. Furtado, no entanto, reforça que uma das principais resistências que países subdesenvolvidos podem fazer frente aos países do centro global é na questão da extração de recursos naturais, uma vez que os países desenvolvidos são extremamente dependentes destes recursos para continuar seu "infinito" processo de exploração e desenvolvimento.

Nascimento (2020) sugere que a obra de Furtado (1974), entre outras, com suas duras críticas ao desenvolvimento econômico, enquanto mito, como paradigma que tende a ser universalizado, propiciou um ambiente no qual pensamentos como o decrescimento pudessem se desenvolver e difundir. Entretanto, Nascimento pontua, também, que o decrescimento não surgiu tendo em seu núcleo a crítica a crise ecológica, apesar de a relação entre ambos existir. Nesta direção, o "Bem Viver" demonstra maior sensibilidade e compatibilidade com o contexto latino-americano ao trazer em sua essência a relação de interdependência entre o ser humano e a natureza

Neste sentido, o "Bem Viver" se coloca como uma alternativa ao desenvolvimento esforçando-se para superar o paradigma do antropocentrismo, a fim de estabelecer o que se chama de sociobiocentrismo. Reunindo conceitos, cosmologias, filosofias, formas de organização social e tecnologias das culturas indígenas amazônicas e andinas, o "Bem Viver" é uma proposta civilizacional em processo de construção, mas que, primordialmente, se opõe ao desenvolvimentismo enquanto crescimento econômico contínuo em um espaço finito. Deste modo, busca a emancipação do mundo subdesenvolvido. Apesar de ter seu berço nas culturas ameríndias, não se restringe à essas culturas, pelo contrário, busca ressonâncias em outras partes do globo.

O "Bem Viver" é essencialmente contra a visão utilitarista, mecanicista e colonialista do desenvolvimento econômico linear, unidirecional e irrestrito e busca nos espaços comunitários formas de organização social ativas que aprofundem a democracia. E exatamente por se tratar de um ideal nascido na luta de povos que sempre foram marginalizados, o "Bem Viver" também é antirracista e contra a sociedade patriarcal. Calcado, portanto, em uma convivência plural que não necessariamente excluí a possibilidade de conflitos, mas que busca saídas para eles numa sociedade mais diversa e harmônica.

Na trajetória do movimento antiutilitarista, Caillé escreve sobre Marcel Mauss e sua

análise das ações humanas em contexto social. Segundo Caillé, Mauss analisa categorias como o Dom (que pode ser traduzido como a doação de bens ou serviços feitos de forma espontânea, sem expectativa de reciprocidade) e o Interesse (a doação movida por interesse em algum benefício advindo dessa ação), defendendo a ideia de que nem todas as ações dos seres humanas são calculadas, racionais e possuem como objetivo final a maximização de seu bem-estar. Pelo contrário, Mauss defende que várias ações do ser humano possuem fim em si mesma e podem ser motivadas pelas relações interdependes que ocorrem entre os indivíduos e não apenas pelo ganho que, muitas das vezes, se refere ao ganho econômico. É preciso ter presente que as ações possuem, em grande medida, aspirações de outras esferas da vida em coletivo, como a cultural, social, política e ambiental (CAILLÉ, 2013). O exemplo mais comum, utilizado por Caille, na sociedade moderna, é a associação dos alcoólatras anônimos, entidade em que pessoas ajudam outras sem buscar qualquer benefício material em troca, agem de forma voluntária e gratuita.

A contribuição de Mauss, portanto, serve para desmistificar teorias individualistas e utilitaristas que serviram de base para boa parte das teorias econômicas baseadas na premissa de que as ações humanas são fruto de cálculos racionais e interesseiros. Neste sentido, Mauss pode representar uma contribuição para o "Bem Viver", e às premissas que o sustentam enquanto movimento antiutilitarista.

Apesar do conceito parecer abstrato e utópico em um primeiro momento, Alberto Acosta (2016) mostra no decorrer de sua obra que o "Bem Viver" já é uma realidade que está sendo vivida no continente americano e que pode se somar a outros diversos movimentos consolidados na América Latina, tais como o movimento feminista, o cooperativismo, a economia solidária, a agroecologia, o minimalismo, o humanismo, entre outros movimentos também antiutilitaristas. O "Bem Viver" se opõe, portanto à coercitividade que o capitalismo e desenvolvimentismo impõe nas vidas dos povos que moram na "periferia do mundo".

Com o intuito de delimitar melhor os parâmetros do "Bem Viver", Acosta (2016) perpassa pelas confusões que o conceito pode provocar, a fim de elucidá-las. Uma delas é a possível confusão com "viver melhor". Esta expressão carregada de aspectos individualistas persegue uma qualidade de vida ainda sob os paradigmas do

desenvolvimento e do capitalismo, em que algumas pessoas vivem melhor às custas de outros, que vivem na miséria e na pobreza. Inversamente o "Bem Viver" persegue uma qualidade de vida mais próspera para toda a humanidade, toda a coletividade. tendo como referência a suficiência e não a eficiência. Segundo Acosta, uma forma de se evitar que o "Bem Viver" tenha seu conceito politicamente cooptado ou sofra algum tipo de reducionismo com a finalidade de renovar o estado de bem-estar social vigente é necessário que os debates sobre o tema persistam continuamente e que se evite dogmatismos sobre o assunto.

Como já mencionado, o "Bem Viver" busca suas inspirações nas culturas indígenas e andinas, em especial em algumas culturas específicas como a *kíchwa*, e no conceito de *sumak kawsay* (bela vida). Não à toa, o "Bem Viver" teve a oportunidade de ser incluído em constituições de dois países andinos e amazônicos: Equador e Bolívia. Apesar de suas aplicações terem sido restritas e, por vezes, contraditórias pelo fato de ter sido implementados durante governos que tentavam lidar com a dominação capitalista e o extrativismo predatório ao invés de romper com essas práticas, é também verdade que as iniciativas de Equador e Bolívia fizeram com que o "Bem Viver" ganhasse força e estabelecesse discussões em outros cantos do mundo, como mostra o autor equatoriano.

A adoção do *sumak kawasy* na Constituição dos países citados é um passo de extrema importância para o "Bem Viver" e foi possibilitado pela ascensão política e intelectual de grupos indígenas no Equador e Bolívia. A inserção de preceitos do *sumak kawasay* nestas Constituições representou uma contribuição importante para a politização de atores não humanos, a politização da natureza e um passo maior para que o "Bem Viver" pudesse se projetar enquanto uma alternativa real ao desenvolvimento. Eduardo Gudynas (2011) aponta que na Constituição do Equador o termo ocidental "Natureza" é representado por "Pacha Mama", uma entidade vinda da cosmovisão dos povos indígenas andinos, esta mudança de termos representa um respeito maior para com o meio ambiente, passando de um objeto suscetível ao manejo desregrado à um sujeito dotado de um valor intrínseco e de direitos.

Ainda segundo Gudynas (2011), o caso da Constituição do Equador é especialmente interessante. Pois nela há a seção direcionada especificamente para o Direitos da Natureza, representando uma forte mudança para o paradigma sociobiocêntrico, além de aparecer no próprio preambulo da seguinte forma:

Nosotras y Nosotros, el pueblo soberano del Ecuador [...] Celebrando a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existência [...] decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía com la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay

Um dos entendimentos mais importantes para que a sociedade migre para um paradigma sociobiocêntrico, apontado por Acosta (2016), é o de compreendermos que a natureza necessita se tornar um ente jurídico dotado de direitos, passando a ser tratada como sujeito e não mais como objeto, como ocorreu na Constituição de 2008 do Equador. Algo semelhante ocorreu também no Brasil com o rio Doce em 2017 após a liberação de rejeitos de uma barragem de mineração rompida em Mariana. O rio foi representado por uma ONG e entrou na justiça para que haja algum tipo de reparação ao rio e às populações afetadas pelo desastre. Ações como esta se tornam imperativas para uma progressiva desmercantilização das relações com a natureza. Segundo Acosta, as bases para iniciativas deste tipo estão na Declaração dos Direitos Humanos, com a ampliação de novas cidadanias.

Outro passo para se estabelecer a desmercantilização da natureza é a criação de uma nova economia que se submeta aos limites da própria natureza. Para Acosta, é necessário se atentar as armadilhas capitalistas que cooptam tais entendimentos e os distorcem para que continuam a caber dentro do velho paradigma de desenvolvimento. Os casos mais comuns para o autor equatoriano são o desenvolvimento sustentável e a economia verde. O primeiro até pode representar uma fase transitória entre o capitalismo pleno e o "Bem Viver", caso adote medidas de restrições rígidas do uso de combustíveis fósseis, incentivando a descarbonização da economia, e estímulo a redução do uso de recursos naturais, propagando o consumo consciente e a economia criativa, e dessa forma, desenvolvendo a desmaterialização da economia. Mas, o segundo oferece retrocessos perigosos que apenas postergam ou mascaram a devastação ambiental e a desigualdade social, pois é apropriado pelas empresas que praticam o greenwashing, ou seja, apresentam produtos e serviços como sendo "verdes", mas que na verdade se trata de mercadorias comuns. Exemplo dessa invenção capitalista é o mercado de carbono, que mercantiliza uma pretensa conservação ambiental de resultados ainda incertos (Acosta, 2016).

Uma mudança essencial para o "Bem Viver", e que evoca as origens da América

Latina, é o reconhecimento da crise do Estado-Nação, fundado sob bases colonialistas e racistas e a, consequente, adoção de princípios plurinacionais que enaltecem a diversidade cultural do continente latino-americano. O Estado Plurinacional não é uma negação da soberania nacional, mas um reconhecimento e respeito a outras soberanias dentro de um território nacional. Soberanias de nações que muitas delas cá estavam antes da chegada dos europeus e que guardam uma relação direta e benéfica com seu território e recursos naturais, guardando, deste modo, o patrimônio do latino-americano.

Aníbal Quijano (2005) foi um dos maiores estudiosos da formação dos Estados-Nação que se deram nas Américas. O autor pontua que os processos históricos e sociais que levaram a constituição dos Estados-Nações nas Américas foram, necessariamente excludentes e racistas, levando a criação de Estados frágeis e instáveis. Estados implantados de dentro para força sob a "cruz e a espada", ou seja, sobre a violência e o desrespeito as culturas locais. Os processos ocorridos na América são infinitamente distintos, historicamente falando, dos processos ocorridos na Europa, onde, por exemplo, na França o Estado-Nação foi constituído a partir da Revolução Francesa, marcada pela democratização radical das relações sociais entre os integrantes da sociedade. Se na Europa o Estado-Nação nasce de dentro para fora, de baixo para cima, nas Américas ocorre o inverso. É um produto estranho às culturas locais e imposto, por meio da violência, pelas forças colonialistas.

O reconhecimento de Estados Plurinacionais busca dar um novo rumo ao processo histórico de ocupação da América, processo esse marcado pelo o que Quijano (2005) chama de colonialidade do poder. Este conceito pode ser traduzido como sendo o processo histórico marcado pela dominação e separação racista das sociedades colonizadas promovida pelos Europeus. As ideias de modernidade e racionalidade foram atribuídas apenas aos Europeus, enquanto os povos da América, África e Ásia eram tidos como atrasados, selvagens e primitivos. Este pensamento levava a crer que as formas de se relacionar, interpretar, comunicar, vivenciar e experenciar a vida advinda de sociedades colonizadas eram atrasadas e que, portanto, deveriam ser substituídas pela cultura europeia, que era tida como o ápice da modernidade da época. Esse entendimento, trazido pelo autor nos traz as múltiplas facetas do colonialismo, que foi muito além da dominação econômica e política das sociedades que estavam sob o jugo de tal sistema, mas atingia, também as relações culturais e subjetivas entre os indivíduos em sociedades colonizadas.

Na busca de estabelecer parâmetros para uma nova economia que seja mais solidária, cooperativa, ecológica e responsável, Acosta ressalta que o maior desafio é superar os padrões culturais de consumo e acumulação estabelecidos na sociedade, não só a nível de cada indivíduo, mas também à nível de nação. Um destaque deve ser dado a geração de mudanças nas elites (Acosta, 2016).

Para a construção de uma nova economia, Acosta propõem o auto centramento e a construção de capacidades locais que supram as necessidades da população de forma mais descentralizada. Busca-se, com isso, consolidar soberanias, tais como a alimentar e a energética. Sem abandonar as novas tecnologias, mas estimulando-as, buscar atribuir a cada localidade, cidade ou campo, a autossuficiência do ponto de vista da produção de alimentos e energia, com corretas destinações e aproveitamento dos resíduos sólidos, energia distribuída e plantios urbanos e locais. Para isso, a articulação de atores locais, a participação da população e a complementariedade entre campo e cidade se mostram fatores imprescindíveis. Neste sentido, o "Bem Viver" encontra certa consonância com os movimentos de operários, caracterizados pela autogestão e que tiveram seu apogeu na Europa durante o século XIX, período de grandes movimentações coletivas envolvendo a classe trabalhadora em busca de sua emancipação (Acosta, 2016).

Os principais traços dos movimentos operários de autogestão europeus foram as lutas por melhorias nas relações trabalhistas e condições de trabalho nas fábricas, crescimento endógeno da classe operária de forma cooperativa e autocentrada, objetivando a sua emancipação através da gestão participativa, realizada pelos próprios produtores. No entanto, quando colocada em prática as iniciativas operárias enfrentaram forte resistência do sistema capitalista burguês. A experiência destes movimentos na América Latina se deu com maior proeminência nos anos de 1990, em um contexto muito distinto dos movimentos europeus, como a Comuna de Paris e o movimento operário de Turim, e um de seus restritos logros foi a criação de alternativas paralelas ao desemprego massivo na periferia do capitalismo (Paniago, 2020)

Tauile e Rodrigues (2004) trazem a perspectiva que os movimentos de autogestão ocorridos na América Latina foram responsáveis pela concepção de alternativas que hoje se apresentam como ferramentas importantes na construção de um futuro mais cooperativo e sustentável, como é o caso da economia solidária. Mas, também por meio da criação de moedas locais, da permacultura e das iniciativas da agroecologia. Para não

citar o movimento minimalistas e suas variações nos Estados Unidos e países europeus.

Acosta (2016) postula que para se pensar essa nova economia algumas reformulações serão necessárias, tais como a revalorização monetária e cultural do trabalho, a diminuição drástica de subempregos, maior foco no consumo e produção local e diminuição de horas de trabalho. Em suma, uma economia que funcione em função da sociedade e se oriente pelo bem-estar social coletivo e ecológico. O que exigirá a criação de novas instituições que contribuam para essas mudanças.

Neste sentido, algumas práticas econômico-culturais das sociedades ameríndias podem nos inspirar. Exemplos citados por Acosta versam sobre acordos e instituições de cooperação e trabalho comunitário que dão outro sentido a economia, criando um senso de solidariedade. Algumas iniciativas que caminham nesta direção já estão sendo implementadas no Brasil, como por exemplo os bancos e as moedas sociais, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA's), e outras iniciativas de economia colaborativa, associativa e solidária. Assim como, o recente movimento intelectual denominado de convivialismo. Inspirado pelo trabalho de Ivan Illich (2005), pelas ideias desenvolvidas no quadro da teoria da dádiva (Martins, 2002) e do decrescimento (Latouche, 2006), o convivialismo vem crescendo e se espraiando pelo mundo. Seu primeiro manifesto, de 2013, foi assinado por 64 intelectuais provenientes de 14 países, a maioria franceses, enquanto o segundo Manifesto, datado de 2020, reuniu mais 300 intelectuais provenientes de 33 países (Internacional Convivialista, 2020). No Brasil, o Ateliê de Humanidades⁴, o movimento Multiconvergência e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília vem estimulando debates em torno de suas propostas.⁵

Apesar de Acosta (2016) rejeitar simplificações e soluções superficiais e ressaltar a importância de mudanças resilientes e seguras baseadas no contínuo diálogo, o seu livro deixa lacunas que convidam a um aprofundamento das discussões que conduzam a bases mais sólidas para a execução dos ideais propostos. É neste sentido que o presente artigo se formulou, buscando trazer paralelos com movimentações sociais do passado e do presente, para que no futuro o "Bem Viver" consiga enxergar um caminho mais bem

⁴ O Ateliê de Humanidades publicou em e-book e impresso o Segundo Manifesto Convivialista que pode ser acessado em seu site.

⁵ Entre outros consulte-se o Yutube, canal cds unb.

delimitado para ser traçado.

Uma provocação que merece discussão mais profunda pelos interessados com o "Bem Viver" é a dimensão da economia internacional e da diplomacia. Ambos os fatores possuem processos históricos longos que formaram a base do sistema econômico vigente e são dimensões que também deverão ser repensadas e, com paciência e persistência reestruturadas de modo a contribuir com o "Bem Viver". Apesar de seu paradigma ser contra um caminho unidirecional de desenvolvimento, parece uma tarefa um tanto quanto árdua uma mudança à nível global caso os países não estejam dispostos a caminhar para uma direção minimamente correlata. Contudo, como diz Galeano (1994), as utopias servem para continuarmos caminhando.

Ao final da obra, Acosta (2016) traz um exemplo de situação na qual o "Bem Viver" encontrou uma oportunidade para estabelecer discussões e diálogos sobre o desenvolvimento irrestrito e seus malefícios para a sociedade. A iniciativa Yasuní foi uma proposta vinda da sociedade civil e apresentada por Alberto Acosta ao governo eleito na época. A iniciativa consistia em deixar de explorar uma reserva de petróleo localizada numa terra indígena na Amazônia equatoriana. Em um primeiro momento essa proposta ganhou força política devido a discussões anteriores que formaram uma base para que a Yasuní fosse encarada com seriedade. A proposta do governo era de que a reserva de petróleo seria conservada através de uma contribuição financeira vindas de outras nações, principalmente as nações "desenvolvidas", responsabilizando-as pela histórica dívida decorrente do extrativismo intenso de recursos naturais no continente latino-americano. A iniciativa, que ganhou força, inclusive internacionalmente, aos poucos foi sofrendo resistências e ameaças vindas das forças desenvolvimentistas. Devido a falta de estratégia política e ao posicionamento inseguro do presidente Rafael Correa, em 2013, a iniciativa caiu por terra.

Apesar do fracasso e a consequente exploração do petróleo, Acosta (2016) aponta que a iniciativa Yasuní também trouxe conquistas, pois ganhou força nacionalmente e internacionalmente e apontou a possibilidade da construção de um novo mundo a partir do diálogo entre os Direitos da Natureza e os Direitos Humanos. Também foi notável a adoção da alternativa conservacionista pela sociedade, fazendo com que debates imprescindíveis para essa mudança fossem internalizados pela população equatoriana.

A título de conclusão

É de extrema importância ressaltar a relevância do livro escrito por Alberto Acosta para a sociedade de uma maneira geral, principalmente para a latino-americana. O livro cumpre com excelência o que se propõe: apontar caminhos para o reencontro entre o ser humano e a natureza, aprofundar diálogos, debates e iniciativas sobre este caminho chamado de "Bem Viver" e, principalmente, gerar uma oportunidade para imaginarmos novos mundos, universos esses que abarquem ainda mais novas perspectivas de vida que sejam mais equitativas, harmônicas, responsáveis e suficientes para todos e todas.

Mas, a proposta do Bem Viver deve ser enriquecida, no campo político, com os princípios democráticos dos gregos antigos. Os criadores da democracia consideravam que na organização da cidade-estado eram necessários dois procedimentos na escolha de seus dirigentes. O primeiro, considerado como o procedimento democrático por excelência era o sorteio. Assim, o conselho dos quinhentos que dirigia a cidade-estado era formado por cidadãos que se apresentavam ao sorteio em meio aos membros da Assembleia Geral ou Ágora, assim como os juízes e os fiscais. Mas, certos cargos, como o do responsável pelas finanças públicas eram escolhidos por meio do voto, tomando em consideração os seus conhecimentos técnicos. Este procedimento de votação era considerado como aristocrático, pois os cidadãos não tinham condições iguais de participação. Contudo, era necessário. Os pais da democracia moderna simplesmente "esqueceram" o principal procedimento democrático, que persistiu além dos gregos, em determinadas cidades estados da península itálica nos séculos XIII a XVIII (Manin, 1996)

O Bem Viver é parte das propostas alternativas que têm surgido após a crise econômica dos anos 1970 e, sobretudo, do início do século XX (Martins et all, 2015; Caillé, 2016). Cabe ressaltar, assim, a importância do contínuo debate ao redor da temática. Fato de primeira importância para o futuro da raça humana e que, talvez, encontre terras férteis na América Latina para se desenvolver. Os incessantes debates vindouros serão de suma relevância para delimitação dos contornos para um futuro "Bem Viver" e que, sem eles, não saberemos se haverá possibilidade de sobrevivência, a longo prazo, da humanidade.

Referências

ACOSTA, Alberto, *O "Bem Viver" - Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. ISBN 978-85-69536-02-4 Ed. Elefante, 264 páginas. 2016.

BACON, Francis. Novo Órganon. São Paulo: Edipro, 2014 (1620)

BOCCATO-FRANCO, Alan e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergência*. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 21, p. 43-56, 2013.

CAILLÉ, Alain (2005) *O dom entre interesse e "desinteressamento"*. Realis: Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, vol.3, n.1, jan-jun 2013. p.7-42.

CAILLÉ. Alain et les conviviaistes. Éléments d'une politique convivialiste. Lormont: Le bord de l'eau, 2016.

DESCARTES, Rene. O discurso do método. Porto Alegre: LPM, 2005 (1637)

DOSMAN, Edgar J. Raul Prebish, 1901-1986. São Paulo: Contraponto, 2011.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Rio de Janeiro, L & PM, 1994

GUDYNAS, Eduardo. *Desarrollo, derechos de la naturaleza y buen vivir despues de montecristi*. En: Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo. Perspectivas desde la sociedad civil en el Ecuador. Centro de Investigaciones Ciudad y Observatorio de la Cooperación al Desarrollo, Quito. 2011. P. 83-102.

ILLICH, Ivan. *La convivialité*. Oeuvres Complètes, vol. 1. Paris: Fayard, 2005.

INTERNACIONAL CONVIVIALISTA. Segundo manifesto convivialista. Por um mundo pósneoliberal. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020.

KALLIS, Georges. In defence of degrowth. *Ecological Economics*, v. 70, n. 5, p. 873-880, 2011.

LATOUCHE, S. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, Serge. *Le pari de la Décroissance*. Paris: Fayard, 2006.

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Champs Flamarion, 1996,

MARTINS, Paulo Henrique (Org.) *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras sociais.* Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique; Araújo Silva, Marcos de; Souza Leão, Eder Lira de; Lira, Bruno Freire. *Guia de Pós-desenvolvimento e novos horizontes utópicos*. Recife: Ed. UFPE, 2015.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Um mundo de riscos e desafios: conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia, e eliminar a nova exclusão social/* Elimar Pinheiro do Nascimento; Prefácio de Cristovam Buarque. 1. Ed. – Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), ISBN 978-85-89216-82-1. 216 páginas, 2020.

OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment.* 4ª ed. Cambridge University Press. Cambridge, Reino Unido, 2019

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Autogestão e controle operário: uma análise histórica crítica*. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 338-347, agosto. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

49802020000200338&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Fev. 2021. http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p338.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.

ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: DIFEL, 1976.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. *Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda.* 2004. Ipea. Nota Técnica. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250. Acesso em: 01 fev.2021.